



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ

# PRAXIS

ANO IX - Nº 97 - SETEMBRO/OUTUBRO 2017



**CORRUPÇÃO**  
**CORRUPÇÃO**  
**CORRUPÇÃO**

**O moralismo  
antissocial  
do  
capitalismo**

**págs. 8 e 9**

## Universidades públicas no menu dos golpistas

**A** receita das elites para transferir um equipamento público às mãos da iniciativa privada é conhecida: quebre os direitos trabalhistas, misture isso com a redução de investimentos, acrescente a deterioração da qualidade dos serviços e faça com que parte dos melhores quadros profissionais busque outro emprego. Depois acrescente a gosto afirmações como: "O que é público não presta". "É caro". "Não atende às necessidades da população". O segredo da receita: mesmo após privatizado, continue contando com o dinheiro do Estado.

O governo federal e o Congresso Nacional já estão com a mão na massa. O ataque aos direitos trabalhistas está em curso. Tentam, até agora sem sucesso, extinguir direitos previdenciários – ataques ao Serviço Social do INSS não são um acaso. Mesmo na "crise", bancos continuam aumentando seus lucros. Metade das riquezas nacionais segue nas mãos de menos de 1% da população. Diz-se que a tal da austeridade é para "pagar dívidas". Mas nós não as fizemos, não as autorizamos e nem fomos beneficiados por elas. Porém pagamos a conta...

As universidades públicas vêm sofrendo distintos ataques. Carreiras vêm sendo destruídas. Itens como água, energia, limpeza, segurança, manutenção não recebem verbas. Salários são atrasados ou sequer pagos. Estudantes veem bolsas de estudo e/ou permanência congeladas ou cortadas. Dados da Associação Nacional dos Dirigentes das



Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES/2017) demonstram que mais de 70% de quem nelas estuda não tem como pagar pelo ensino superior. Mas se insiste no discurso de que a universidade pública é cara e que sustenta ricos.

Com muitas contradições e limites, o Brasil alterou o perfil de quem frequenta a universidade pública. Ela hoje é mais negra e mais popular. Apenas o acesso ao ensino não resolve profundas desigualdades das sociedades de classes. Mas quem tem formação universitária no Brasil tem renda média 1/3 maior que quem só conclui o ensino médio. Formação universitária de qualidade traz outros benefícios: amplia horizontes; faz avançar a ciência e a tecnologia nacionais; permite desenvolver políticas públicas locais, regionais e/ou nacionais para responder às demandas da população e prepara

profissionais para atuar nas diversas áreas de conhecimento.

A forma de financiamento de uma universidade é complexa. Quem a financia privadamente quer retorno pelo que considera "investimento". Um direito da população passa a ser um produto. Compram-se pesquisas e serviços como se vai ao supermercado. O centro é ampliar nichos de lucratividade para o capital e jogar no lixo a ideia de direitos universais.

A classe trabalhadora é contra a privatização dos serviços públicos. Exigimos investimentos do Estado. Cobramos saúde, educação e outras políticas, sempre de qualidade. O ataque às universidades públicas é uma afronta à população brasileira. Defendê-las é apostar em um futuro melhor. Especialmente para as novas gerações.

Mas vivemos sob um golpe. Ou viramos a mesa, ou todos nossos direitos serão servidos numa bandeja para o capital.

**PRAXIS NO FEMININO:** No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.

**PRAXIS**

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 97 - Setembro/Outubro 2017

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: diretoria@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br

**Presidenta:** Dácia Cristina Teles Costa

**Vice-Presidente:** Nelson Felix Lima Neto

**1ª Secretária:** Simone Eliza do Carmo Lessa

**2ª Secretário:** Fábio do Nascimento Simas

**1ª Tesoureira:** Luciana Cristina Teixeira da Silva

**2ª Tesoureira:** Mariana Setúbal Nassar de Carvalho

**Conselho fiscal:** Janaina Bilate Martins, Jussara de Lima Ferreira, Natália da Silva Figueiredo

**Suplentes:** Nathália Carlos da Silva, Luciane Barbosa do Amaral Rangel, Carla Maria Diniz Fernandes, Silvia Maria Ribeiro, Paulo Martins Faleiro dos Santos, Camilla Muniz da Costa Pereira, Mônica Simone Pereira Olivar, Malú Ribeiro Vale, Charles Vieira de Araujo

**Comissão de Comunicação e Cultura:** Bia Justino, Caio Martins, Célio Albuquerque, Dácia Teles, Daniele Ferreira, Eder Frossard, Fábio Simas, Janaina Bilate, Luciana Teixeira, Natália Figueiredo, Rafael Lopes, Jefferson Lee de Souza Ruiz e Carlos Felipe Moreira

**Seccional de Campos dos Goytacazes**

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 - Centro - Telefax: (22) 2723-9464

**Coordenadora:** Eliana Monteiro Feres

**Secretário:** Marco Antonio Pedro Vieira

**Tesoureiro:** Paulo Santos Freitas Júnior

**Suplente:** Isabella Motta de Oliveira Pinto, Suzana Mancebo Barros, Luciana Custódio Soares

**Seccional Sul Fluminense - Volta Redonda**

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003 - Pontual Shopping - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

**Coordenador:** Gleydson Felipe Duque de Paiva

**Tesoureira:** Kelly Rocha Albernaz

**Secretário:** Eder Frossard de Andrade

**Suplentes:** Cynthia Correa de Oliveira Ferreira, Luiza Silva Pires, Marcello Pedro da Silva Santos

**Jornalistas responsáveis:** Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751) e Rafael Lopes (SRTE/RJ 33988)

**Estagiária de comunicação:** Bia Justino

**Projeto gráfico, diagramação e ilustrações:** Carlos D

**Impressão:** Gráfica Colorset - Tiragem: 16.600 exemplares - Data de impressão: 30/11/2017

## Nota

# Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS

**D**e 07 a 10 de setembro aconteceu o 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, em Brasília-DF. Este foi o primeiro encontro das atuais gestões do triênio 2017-2020. Esse ano, o tema adotado foi "Vamos, levante lute, senão a gente acaba perdendo o que já conquistou."

Após os debates, divididos nos eixos de Comunicação, Orientação e Fiscalização, Administrativo-financeiro, Formação Profissional/Relações Internacionais, Seguridade Social e Ética/Direitos Humanos as ações aprovadas nas salas temáticas são ratificadas no documento final. Foram destacados como pontos principais a conjuntura nacional, as ações em defesa da profissão, os seminários nacionais e o 16º CBAS. Também estiveram na pauta da categoria a Moção de Repúdio à Secretaria Nacional de Assistência Social e ao Ministério do Planejamento, por conta do desfinanciamento do SUAS.

O documento aponta para ações estratégicas contra o desmonte da política de assistência social. Além disso, a mesa de abertura debateu "A conjuntura nacional e o papel do Conjunto CFESS-CRESS", destacando a gravidade do momento atual de retrocessos em curso com o governo ilegítimo de Michel Temer.

## Metodologia

Este encontro foi esquematizado a partir da seguinte metodologia: primeiro encontro, 2017, das gestões empossadas é a etapa de planejamento e aprovação das propostas; no segundo ano, 2018, ocorrem o 47º Encontros Regionais e Nacional, no qual o Conjunto realizará o monitoramento das deliberações aprovadas; no terceiro e último encontro das gestões, em 2019, acontece a avaliação do que foi realizado.

## Assistentes sociais no combate ao racismo

Ainda dentro do Encontro Nacional, a Campanha da Gestão 2017-2020 do Conjunto, "Assistentes sociais no combate ao racismo", foi escolhida a partir da necessidade de se enfrentar, com todas as suas particularidades, uma das práticas estruturais da sociedade capitalista, que coloca determinados grupos étnico-raciais como inferiores, justificando a superexploração e a estigmatização de parcela considerável da população.

Por esse motivo, entendendo a urgência deste debate, o CRESS RJ irá construir uma série de discussões temáticas através de seus canais de comunicação com a categoria e público externo, que elucidam as diversas práticas e manifestações do racismo.

Foto: Rafael Werkema



## Registro e anuidade

# Deliberações da Assembleia Ordinária

**N**o dia 23 de setembro de 2017, a categoria teve, mais uma vez, a oportunidade de participar de um dos espaços deliberativos do Conselho, a Assembleia Ordinária. Como pontos de pauta, apresentou-se a prestação de contas financeira e política, e deliberou-se acerca do reajuste da anuidade para o exercício de 2018.

Na assembleia, a categoria pôde debater e ter dúvidas sanadas quanto à arrecadação, destino das anuidades e ações políticas.

Durante a assembleia foram socializadas informações sobre as ações políticas do Conselho, como a atuação das comissões temáticas, e funções precípua, das comissões regimentais. Além de informações sobre a questão financeira e o uso dos recursos e seus destinos.

Foi feito um balanço da atuação do Conselho no que se refere às ações de orientação, de fiscalização e de formação continuada, como rodas de conversa, palestras e debates, dentre outros.

Após essa apresentação, as profissionais presentes debateram e votaram a favor da proposta feita pela diretoria de manutenção do valor da anuidade para o exercício de 2018 (R\$ 492,00, o mesmo praticado em 2017).

Essa proposta foi pensada pela diretoria levando em consideração a realidade vivida pelo estado do Rio de Janeiro, onde enorme contingente de trabalhadoras estão sem receber seu salário, bem como altas taxas de desemprego. Estes dois fatores incidem diretamente em grande parte da categoria.

A anuidade pode ser paga parcelada em até 6 vezes, com parcelas fixas. Já quem optar por pagar a cota única até dia 15/02/18, tem 15% de desconto, ficando o valor em R\$ 418,20. Para quitação até 15 de março, 10% de desconto, totalizando em R\$ 442,80 e até o dia 15 de abril, 5% de desconto, R\$ 467,40.

As anuidades são um tributo previsto na Lei 12.514/2011 e pago por todas as profissões regulamentadas. Elas são a principal fonte de recursos do Conselho e possibilitam a realização da função precípua do conjunto CFESS/CRESS e suas ações políticas.

**Para saber mais sobre as ações do CRESS acesse o nosso site [cressrj.org.br](http://cressrj.org.br). Já para se informar sobre as anuidades basta enviar um e-mail para [registroanuidade@cressrj.org.br](mailto:registroanuidade@cressrj.org.br) ou telefonar para (021) 3147-8787.**

## Exercício profissional

## Universidade e prisão



De pé: as assistentes sociais Elizabeth e Lobelia; Carlos, monitor do projeto; a psicóloga Cely e Fernando, diretor da unidade prisional. Sentadas: Fernanda e Viviane, estagiárias do projeto

O Serviço Social se insere no espaço prisional no Brasil, na década de 1950, através da Associação de Serviços Sociais.

De lá para cá, aconteceram diversas mudanças tanto na atuação de assistentes sociais nesses espaços quanto na direção teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão, tendo como marco a própria formação profissional, com a publicação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Em 1998, com a abertura do primeiro concurso público para a categoria atuar no Departamento do Sistema Penal do Rio de Janeiro (DESIPE) e no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), o Serviço Social passa a se inserir nesta área via concurso público, passando à condição de estatutário do Sistema.

No decorrer desta trajetória é que em 2011 nasce o projeto de extensão "Universidade e Prisão: um diálogo crítico e dialético". A ideia inicial do tema escolhido surgiu a partir da inserção da coordenadora do projeto no sistema prisional, a assistente social, e professora da Escola de Serviço

**"Toda atividade extensionista consiste em socializar o conhecimento e contribui para produções e reflexões acadêmicas à sociedade, o que reafirma o papel social da universidade"**

**Lobelia Faceira**

Social da UNIRIO, Lobelia Faceira, que durante nove anos trabalhou na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP). Período no qual teve a oportunidade de atuar em diversas frentes dentro do sistema, com passagens pelo Hospital Penal Hamilton Agostinho e pela Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira, dentre outros. Ao longo desta experiência, a professora desenvolveu estudos e análises dos programas e políticas sociais inseridos no contexto prisional. Em agosto de 2010, quando ingressou como docente na Escola de Serviço Social da UNIRIO, leva toda essa bagagem que resulta na construção deste trabalho.

"A ideia inicial era criar um grupo para discutir com as alunas do Serviço Social a profissão dentro do sistema prisional, e, em especial, analisar a questão do sistema punitivo. Em 2010, tivemos nossa primeira parceria com a SEAP: foram duas visitas à penitenciária Esmeraldino Bandeira, a última unidade prisional que eu havia trabalhado como assistente social. Num primeiro momento, as alunas conheceram os espaços físicos, depois o trabalho do Serviço Social. E dessa dinâmica surge a ideia de institucionalizar o projeto", relata Lobelia.

Para ela, o projeto de extensão possui dois principais pilares. O primeiro é a relevância acadêmica, pois proporciona a discentes o contato e vivência com o campo sócio-ocupacional. Além de criar a oportunidade de aprimorarem conhecimentos, com a unidade inseparável entre teoria e prática. O outro, de extrema importância, é o público-alvo deste, a população carcerária, por oferecer um espaço de reflexão e debate sobre o dia a dia da prisão e sobre o retorno dos privados de liberdade à dinâmica da vida em sociedade.

“Na minha perspectiva, toda atividade extensionista consiste em socializar o conhecimento e contribui para produções e reflexões acadêmicas à sociedade, o que reafirma o papel social da universidade”, destaca.

### A dinâmica do projeto

O projeto foi iniciado no ano de 2012 a partir da aprovação do mesmo pela SEAP. Dentro da unidade, o projeto, que tem o ciclo pedagógico de um semestre, passou por diversos espaços de acomodação. Estes foram variando de acordo com a disponibilidade e aumento da procura dos internos pela iniciativa. O projeto também possui parceria interinstitucional entre a UNIRIO, a SEAP, a UERJ e a UFRRJ, com o apoio de discentes, docentes e demais profissionais ligados à área.

Logo que as atividades foram iniciadas com os internos, os encontros contavam apenas com sete integrantes, além de Lobelia, das discentes e da psicóloga da unidade, Cely Salles.

“Hoje temos cem internos, divididos em dois turnos, manhã e tarde, com cinquenta em cada horário. Com encontros semanais. Isso foi sendo definido no decorrer do trabalho. Vimos que era necessário que o projeto não entrasse em conflito com o horário escolar. Isso foi acordado depois que passamos situações de termos trezentos inscritos e decidimos tocar assim. Mas tivemos a autocritica de perceber que não dávamos conta com qualidade desse quantitativo. Ficou muito difícil para que todos tivessem voz durante os encontros”, afirma Cely.

Desse processo, a coordenação do projeto convidou os sete integrantes iniciais para serem monitores. De forma geral, os monitores são participantes do grupo que se destacam durante o semestre.

“Os monitores são o braço direito, são agentes de multiplicação dentro e fora do espaço prisional. Eles nos auxiliam no planejamento semestral. São eles que escolhem como vamos trabalhar, se é com

vídeos, músicas ou outras atividades. Eles também são responsáveis por levar as fichas de inscrição para dentro dos pavilhões, fazem o ‘marketing social’. As fichas possuem senha individual e pedem informações sobre outras atividades desenvolvidas dentro da unidade: em que horas estuda, número de identidade, dentre outras. Em seguida, esses documentos recebem a assinatura do diretor da unidade”, detalha Lobelia.

O projeto já atendeu cerca de 500 presos e mais de 50 assistentes sociais em suas diversas atividades desenvolvidas.

### A realidade prisional

O Serviço Social se desenvolveu e se estruturou enquanto profissão no sistema penitenciário, mas também há questões que comprometem a qualidade ética e técnica do trabalho. De acordo com dados do relatório “Quando a liberdade é exceção”, da Justiça Global e do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de 2016, o Rio de Janeiro possui uma população carcerária de aproximadamente 50.000 presos. Em contraste com essa realidade, as informações da Coordenação de Serviço Social SEAP apontam apenas 85 assistentes sociais dentro do sistema. Deste número, cerca de 40 profissionais são contratadas, ou seja, trabalham num regime de contrato temporário.

“Neste sentido, consideramos mais que importante toda a academia e, especificamente, a Escola de Serviço Social da UNIRIO, contribuir com este campo sócio ocupacional, planejando atividades diversas com as assistentes sociais, presos, familiares e população egressa”, ressalta Lobelia.

### Dar voz ao outro

“O projeto dá oportunidade de falarmos, expor o que pensamos. Porque, muitas vezes, somos um povo sem voz, sem força. E como cada um expressa sua vida dentro e fora do sistema, é um diálogo em que cada um coloca sua posição. Vamos aprendendo com a história do companheiro. Eu sou admirador desse projeto, porque nem todo preso vai voltar para o sistema correcional”, afirma Carlos, um dos monitores do projeto.

Os bons ventos do projeto também levaram a ampliação deste. Em breve o “Universidade e Prisão: um diálogo crítico e dialético” será estendido ao Instituto Penal Benjamin de Moraes Filho, também em Bangu.

“Sempre ouvimos indagações sobre o motivo pelo qual o nosso trabalho não é implementado em outras penitenciárias. Mas

conseguimos junto à direção esse novo passo”, relata Lobelia.

### Além dos muros

“Vamos conversando com os companheiros sobre a importância que o projeto tem, afirmando que eles vão buscar o conforto que muitos querem e não têm a possibilidade. Assim, nossos colegas se sentem mais fortalecidos, porque o que é comentado aqui dentro (durante os encontros do projeto) fica aqui. Nós não levamos lá para dentro (dos pavilhões). Muitas vezes estamos ao lado da pessoa e não temos afinidade. E nos tornamos uma referência de comunicação”, afirma X durante a roda de conversa.

Outro elemento importante da participação dos monitores, principalmente, no início das atividades desenvolvidas, é que muitos ainda estão bastante fechados, desconfortáveis com a situação. Os monitores levantam a primeira bola da conversa. Cultura, sistema prisional, desigualdade social, violência doméstica, política são pontos abordados por escolha livre dos detentos ao longo dos semestres.

Quando saiu do sistema prisional, um dos egressos chegou a levar a metodologia do grupo para as escolas da comunidade na qual ele vivia. Em primeiro lugar, ele buscou apoio de líderes comunitários, religiosos e até de escolinhas de futebol. Nesse contato direto, e depois com as células implementadas, viu a continuidade do projeto fora dos muros prisionais. E pode perceber ainda mais o valor do conhecimento compartilhado e multiplicado.

De três em três meses, eles recebem um certificado de participação. Oficialmente o documento não possui efeitos de remição de pena. No entanto, ao ser anexado ao prontuário individual funciona como atenuante. Quem se destaca no grupo ainda pode receber um elogio por escrito do diretor do presídio. Dois monitores receberam essa menção.

### Prêmio Visibilidade

A dinâmica deu tão certo, que em 2016, os internos da Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira, em Bangu, foram taxativos: pediram às assistentes sociais para que inscrevessem o trabalho para concorrer ao Prêmio de Visibilidades das Políticas Sociais e do Serviço Social do CRESS RJ. Resultado, segundo lugar na categoria experiência profissional.

# Pergunte à COFI

## Supervisão de campo e acadêmica de estágio

### A assistente social pode acumular as funções de supervisora de campo e acadêmica da mesma estagiária?

O Estágio é um dos momentos mais ricos da formação em Serviço Social, pois além de outros fatores é a oportunidade em que a discente conhece in loco a prática da assistente social, sendo atividade de caráter obrigatório no curso. A Política Nacional de Estágio da ABEPSS, a Resolução CFESS nº 533/2008 e o Parecer Jurídico nº39/2015 do CFESS preveem que a supervisão de estágio se dê em conjunto com a supervisão acadêmica e de campo. Sendo assim necessário que seja realizado por duas profissionais assistentes sociais distintas. Assim, a supervisão de campo de estágio deve ser realizada por assistente social funcionária do quadro de pessoal da instituição onde ocorre o estágio, nos moldes da Lei 11788/2011 (Lei de Estágio) para poder supervisioná-la.

Esta supervisão deve ser presencial, onde deverá receber a aluna, acompanha-la de forma contínua e constante em seu aprendizado. Já a supervisora acadêmica, que também é assistente social regularmente inscrita no CRESS correspondente a sua região, deve possuir vínculo estabelecido com a instituição de ensino onde irá acompanhar a aluna nas questões relativas ao estágio realizado no campo sob orientação de outra profissional. Sem estas condições, sem prejuízos das disposições legais, *não se configura o estágio em Serviço Social*. O não acompanhamento do estágio por duas profissionais distintas interfere substancialmente na dimensão político-pedagógica do curso de Serviço Social. Isso dificulta a troca entre experiências da supervisão acadêmica e de campo, que restringe a apreensão crítica dos sujeitos, pois elas são a mesma pessoa. Isto posto, a discente terá dificuldade para articular estas duas dimensões distintas de seu aprendizado e elaborar criticamente as orientações recebidas. Além disso, quando a assistente social acumula as duas dimensões, esta não tem condições de avaliar com independência se as condições do campo de estágio são adequadas uma vez que ela mesma que oferece estas condições. Assim, *é incompatível do ponto*

*de vista legal e pedagógico* que a mesma profissional realize a supervisão de campo e acadêmica no estágio de serviço social constituindo-se *grave irregularidade* que compromete o aprendizado da aluna.

### Como deve ser a relação entre a supervisão de campo e a supervisão acadêmica de estágio?

O Estágio em Serviço Social deve articular uma série de princípios tais como a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que, por sua vez, deve ser materializada através da articulação entre formação e exercício profissional na perspectiva de desenvolvimento de sua capacidade de investigar, apreender criticamente, estabelecer proposições e intervir na realidade social.

Desse modo, é fundamental a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de curso que devem ser articuladas conjuntamente desde o planejamento, acompanhamento e avaliação da atividade de estágio. Neste ponto, é importante destacar que não há grau de hierarquia entre estas duas dimensões da supervisão em que ambos devem gozar de absoluta autonomia e independência respeitando as legislações vigentes. Assim, é importante que a supervisora acadêmica e de campo planejem conjuntamente as atividades de estágio desde a elaboração do Plano de Estágio em conjunto com a estagiária estabelecendo um cronograma de ações, reuniões de orientação, formular estratégias para encaminhar e debater as questões e dilemas em relação ao estágio, inclusive avaliando conjuntamente o número de estagiárias por supervisora de campo, respeitando a limitação legal e a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio. Uma das estratégias utilizadas que aproximam a universidade e a sociedade são os Fóruns de Supervisão de Estágio promovidos pelas unidades de ensino que se

constituem em espaços privilegiados de articulação entre as diferentes esferas da supervisão de estágio.

### É possível a realização de estágio em serviço social em atividades de extensão universitária?

De acordo com a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, o estágio em extensão se configura como estratégia privilegiada de aproximação entre a universidade e a sociedade, geralmente envolvendo ensino e pesquisa. Temos observado, contudo, que num contexto de ausência de recurso e necessidade de ampliação de vagas de estágio, algumas Unidades de Ensino têm desenvolvido estas atividades de forma provisória e precária e sem a devida estruturação de projetos no âmbito institucional o que pode fragilizar esta importante atividade. Deste modo, ressalta-se que as atividades de extensão somente poderão se caracterizar como estágio em caso de a mesma constar no projeto pedagógico do curso. Além disso, deve cumprir alguns requisitos como: possuir funções e objetivos em consonância com as atribuições e competências legais de assistentes sociais; que a docente assuma a supervisão de campo de estágio caso não haja outra assistente social devidamente registrada no conselho e que não haja acúmulo de funções entre supervisão de campo e acadêmica.



## Orientação e Fiscalização

# Autonomia profissional em foco

A exigência às assistentes sociais, em seus diversos espaços socio-ocupacionais, de exercerem a sua "autonomia profissional" se impõe enquanto estratégia de defesa do exercício profissional e de afirmação do projeto ético-político do Serviço Social.

Em face disto, faz-se necessário distinguir a *autonomia técnica*, referente às prerrogativas profissionais garantidas por meio dos fundamentos legais da profissão – especialmente no que dizem respeito aos artigos 4º e 5º da Lei 8662/1993 – e possibilitadas por uma formação profissional que viabiliza a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, da *autonomia relativa* nos termos que nos aponta Marilda lamamoto (2007), autonomia esta que se defronta com a alienação, enquanto condição indissociável do assalariamento. É importante destacar que essa alienação – por ser decorrente da relação de troca que pressupõe a venda da força de trabalho da assistente social ao empregador – não se extinguirá na sociedade capitalista. No entanto, desvendar suas determinações é fundamental para que a categoria possa, em seu cotidiano, acionar sua autonomia relativa, e não só: é exigência para que se possa construir um exercício profissional afirmativo do projeto ético-político profissional. Pois este antagonismo (autonomia relativa X alienação) reflete a relação tensionada entre a sociabilidade capitalista e os princípios do projeto profissional.

A alienação origina-se da divisão social, sexual e técnica do trabalho. Esta, enquanto divisão desigual da propriedade, manifesta-se nos diversos processos de trabalho atingindo toda a classe trabalhadora, incidindo de formas variadas, conforme as particularidades dos espaços e das relações e condições de trabalho que se desenvolvem.

Ao venderem sua força de trabalho ao proprietário dos meios de produção, as trabalhadoras não o fazem de forma definitiva, mas sim enquanto está em vigência o contrato de compra e venda desta mercadoria. Desta forma, o resultado da atividade laboral das trabalhadoras passa a pertencer ao empregador, relativizando a autonomia da profissional nessa relação de troca.

Refletir sobre os processos de trabalho de assistentes sociais envolve compreendê-los enquanto processos capitalistas de trabalho.



Ou seja, meios de trabalho, objeto e atividade humana, e processo de valorização, criador de valor e da mais-valia, raiz da mistificação do capital.

As instituições empregadoras definem os meios de trabalho/instrumental e objeto do trabalho/matéria para o desenvolvimento das atividades profissionais, sendo estes propriedade do capital. Estando a atividade profissional inserida nas instituições públicas, os meios e instrumentos de trabalho tem o controle do Estado.

No seu processo de trabalho, a assistente social dispõe de sua força de trabalho como sua única propriedade livre, sendo a mesma disponibilizada às instituições empregadoras (empresas, poder público, entidades, etc), cuja jornada de trabalho foi definida previamente no contrato de trabalho na troca pelo salário. Alienando, desse modo, o valor de uso de seu trabalho.

As instituições empregadoras definem, portanto, as demandas institucionais e as condições em que deve ser exercida a atividade profissional: o contrato de trabalho, a jornada, o salário, a intensidade e as metas a serem cumpridas. As demandas institucionais impactam as competências e atribuições privativas, seja no sentido de ampliá-las na dinâmica da divisão social, sexual e técnica do trabalho, seja no sentido de reduzi-las a atividades que não exigem formação profissional, impondo à categoria necessidade

de opor resistência a tais tendências.

A autonomia de assistentes sociais é, portanto, condicionada pelas lutas e tensionamentos presentes na dinâmica da sociedade, relativos aos interesses de classes antagonicas em determinadas conjunturas históricas. Neste contexto, a relativa autonomia poderá sustentar uma direção do trabalho profissional compatível com as necessidades sociais da população e aliada às forças sociopolíticas presentes. Na opção pelos interesses da classe trabalhadora implícitos nas demandas profissionais, encontra-se a possibilidade de fortalecimento do projeto ético-político num contexto de orientação conservadora e redução de recursos das políticas sociais, de avanço do capital financeiro sobre o fundo público, de superexploração do trabalho, de aumento do desemprego e da retração dos movimentos sindicais.

A expansão da margem da autonomia profissional nos espaços sócio-ocupacionais requer o respaldo coletivo da categoria que sustente e fortaleça as prerrogativas legais conquistadas. Também, o fortalecimento da autonomia relativa necessária para um exercício afirmativo do projeto ético-político dependerá da apreensão que o coletivo fizer do processo que encobre o mistério da mercadoria – enquanto fonte da alienação e da constituição das classes sociais – visto que esse processo consiste da divisão desigual da propriedade.

## Sociedade

# Corrupção: um fenômeno capitalista?

**V**ira e mexe a corrupção aparece como tema em diversas situações, de conversas corriqueiras aos debates teóricos. Porém, o que tem chamado à atenção é o discurso moralizante que coloca uma das maiores estruturas de acúmulo de capital, simplesmente, como escolha entre práticas do bem e do mal, ofuscando a exploração da força de trabalho, a extração de mais valia e a luta de classes. Além disso, outro difusor de fumaça que acaba por confundir mais ainda a abordagem desse fenômeno, sustentado principalmente pela mídia comercial, é de que a classe política e o Estado são o foco central de práticas corruptas, com isso isentando o mercado financeiro, e muitas vezes o empresariado, de qualquer ação que vá nesse sentido.

O professor e historiador Valério Arcary afirma que essa visão moralista da corrupção tem base na filosofia liberal. Essa vertente, no século XVIII, se baseava na interpretação de que existe uma natureza humana fundamentalmente egoísta. Ou seja, na ação individualista da defesa de seus interesses imediatos, os seres humanos estariam dispostos a agir de forma "antissocial".

"Operar dessa forma significa violar as regras morais que são próprias do seu tempo e, portanto, contra o bem estar de todos. Essa visão dos liberais sobre a invariabilidade da natureza humana, entretanto, é uma conclusão falsa. Ela parece verdadeira, mas é uma aparência que não revela a essência do fenômeno da corrupção. Não existe corrupção porque há maldade no coração humano. Não há corrupção porque o coração humano é tomado de paixões que são incontrolláveis. A corrupção é um fenômeno histórico".

Na verdade, nunca existiu nenhuma sociedade estabelecida sob a exploração do trabalho que fosse imune ao fenômeno da corrupção, assim como à reprodução de um conjunto de opressões. Mas essa constatação é ainda muito geral, e não permite apreender o essencial do fenômeno: se o tratamos como fenômeno histórico, temos de buscar nele o que é peculiar a sua manifestação em nosso tempo, ou seja, no capitalismo, especialmente em sua fase monopolista.

"Está claro, passados quase 300 anos do Adam Smith que o mercado não é um mecanismo civilizador. E essas teses estavam tão erradas quanto às teses dos

**"Não existe  
corrupção porque há  
maldade no coração  
humano. A corrupção é um  
fenômeno histórico"**

**Valério Arcary**  
Professor e historiador

Foto: Esquerda On Line



atuais neoliberais. Esse mundo é capaz de gerar riquezas imensas, mas que estão nas mãos de poucos. E isso gera uma disputa monumental pela riqueza socialmente produzida e essa concorrência se produz nas regras estabelecidas pelos contratos, de forma lícita, mas também de maneira ilícita. Aí entra o mecanismo da corrupção", analisa a professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ Elaine Behring.

A essência do capitalismo é a busca incessante pela valorização do capital, tornada mecanismo compulsório devido à concorrência entre capitalistas. Nesse modo de produção, a propriedade privada de imensas parcelas da riqueza socialmente produzida é inseparável do exercício real do poder político, ou, pelo menos, requisito para a influência direta sobre ele. Daí fecha-se o ciclo: a influência direta sobre o poder político é a porta de entrada para obtenção de condições vantajosas para a acumulação de capital; direcionamento de recursos públicos

através de compras do Estado, isenções fiscais etc.; dentre outros privilégios que o Estado pode conceder a capitalistas específicos, e, através deles, ao capital tomado como um todo.

Para Arcary, aqui se encontra o nó górdio da questão: riqueza e poder têm relações que são indissolúveis, desde a origem do capitalismo, e a grande concentração da riqueza social em poucas mãos é, para seus detentores, questão de vida ou morte.

"A corrupção é histórica, mas como ela surgiu, um dia pode desaparecer. Porém não vai desaparecer, ou seja, nós não nos livraremos da impunidade, sem mudar de sistema, sem a transformação da sociedade. Enquanto existir capitalismo, a corrupção será o laço (in) visível das relações de poder. Os mecanismos de controle existem e devem ser usados, mas a única maneira de enterrar a corrupção é pensar relações sociais que vão além do capitalismo", afirma.

Elaine reflete sobre o outro ingrediente dessa análise: o papel do Estado. Para a pesquisadora, esse aparelho se apropria de um volume muito significativo da riqueza e opera ele mesmo uma redistribuição entre o capital e o trabalho.

"Esse recurso que o Estado mobiliza, é um volume muito grande para escapar ileso ao capitalismo. Então a disputa não acontece apenas nos meios lícitos e ilícitos, no mercado, mas também no Estado. E aí entra toda essa rede de propina de mediações, não só como mecanismo do Estado a partir da correlação de forças, da hegemonia de determinado grupo. Inclusive, é uma disputa de vida ou de morte da própria classe dominante", acrescenta.

### O que é corrupção no Brasil?

Há escândalos de corrupção em todos os países do mundo. Isso tem sua razão de ser: a gigantesca concentração e centralização de capitais nas mãos de pouquíssimos conglomerados leva à sua dependência em relação ao Estado – através de compras estatais, financiamento público, isenções fiscais etc.

Mas há outro ingrediente a ser considerado no caso brasileiro: aqui, para que os grandes negócios prosperem, estes não apenas dependem de uma relação íntima com o Estado, mas também, dado o



caráter autocrático de nossa formação econômico-social, a possibilidade de a mediação estatal se estabelecer por fora de canais de controle social é mais ampla. Isso alarga as possibilidades de presença estatal direta na transferência de riquezas da classe trabalhadora para os capitalistas. E grandes empresários estão sempre dispostos a corromper as autoridades políticas para terem favorecimentos.

“As pessoas dizem que o Brasil é o país mais corrupto do mundo, mas há países que são mais. O capitalismo na África subsaariana é muito mais corrupto, embora, por definição, o ‘corruptômetro’ mundial não exista. Mas tudo sugere, por conta da velocidade na qual o enriquecimento de grandes grupos empresariais acontece, não pode ser mágica, eles dependem do favorecimento do Estado e isso é mais evidente na periferia do que no centro”, pontua Arcary.

De acordo com Elaine, segmentos empresariais diferentes buscam o fundo público como mediador do processo da concorrência. Ela interpreta a corrupção como totalmente articulada à economia política do capital. E no capitalismo em crise, essa situação tende a se acentuar, pois a disputa entre os capitais se acentua. O fundo público está sendo reivindicado e disputado como elemento central o tempo o todo.

“Não existe Estado mínimo; na verdade, isso é uma mitologia do tempo do Adam Smith. Falar disso agora é ideológico, para jogar a culpa no Estado. O capitalismo em crise é a superprodução de mercadorias. É quando se tem um curto circuito na metamorfose de mercadoria em dinheiro. Nesse momento isso está em ebulição, todo mundo quer a sua parte, aproveitando muitas vezes a crise para enriquecer. Então fica essa franja. E os políticos, como estão em uma posição decisória, mas também o Legislativo, o Executivo e o Judiciário estão envolvidos nessa teia de relações”, aponta Behring.

### O senso comum

Existe a percepção generalizada, fundamentalmente entre os trabalhadores, de que a corrupção é a maior tragédia nacional. Então, o Brasil seria um país rico se não existissem tantos corruptos. Essa percepção é falsa, uma conclusão política equivocada, na análise de Arcary. Essa perspectiva de que tudo estaria resolvido no Brasil caso o capitalismo nacional fosse similar ao da Suíça é uma premissa falsa. O maior problema nacional são os níveis de exploração do trabalho. E isso é, de certo modo, herança dos três séculos e meio de escravidão.

**“Não existe Estado mínimo; na verdade, isso é uma mitologia do tempo do Adam Smith.”**

**Elaine Behring**

Professora da Faculdade de Serviço Social/UERJ



“Entre 1530 e 1888, tivemos como relação fundamental a escravidão. Isso se transformou em herança no século XX, quando o Brasil fez a transformação da sociedade agrária para uma sociedade urbana. Nesse processo de transição existiu um fio de continuidade, de preservação, nos níveis de exploração. O que criou no Brasil uma anomalia histórica que é o fato de termos níveis de desigualdades sociais que não correspondem ao estágio de desenvolvimento econômico e social”, narra, afirmando que a questão de fundo é a correlação entre o capitalismo Brasileiro, a desigualdade social e a corrupção.

Ainda de acordo com Arcary, de forma geral entre a população, é mais palatável, parece menos conflitivo ter uma Polícia Federal eficiente, ter um Ministério Público investigativo, ter autoridades judiciais e, supostamente, acabar com a corrupção. Isso se relaciona ao senso comum, no sentido de que, aparentemente, seria mais fácil uma solução para os problemas via mediação, via conversa, via instâncias do poder, do que através da luta política, da luta para que haja redução da jornada de trabalho, saúde pública para todos, investimento em educação, abolição dos fundamentos da relação de exploração. Todas essas medidas colocam um tema que é combater os privilégios.

“Há este medo de enfrentar os realmente

muito ricos. Este medo é muito maior do que enfrentar os corruptos. Porque a história da dominação é uma história de fúria e sangue. É o medo deixado todas as vezes que as amplas massas trabalhadoras aspiraram a uma vida melhor e se organizaram coletivamente. A resposta daqueles que possuem a riqueza foi usar o Estado, o poder, a repressão, as forças armadas para reprimir, e, se necessário, matar, como fizeram durante os 20 anos da ditadura”, destaca.

### Despolitizar a política

Para Behring, figuras como o prefeito de São Paulo, João Dória, e o presidente estadunidense, Donald Trump, se apresentam agora como “gestores”. E esta é uma tentativa deliberada de despolitizar a política, tudo em nome da boa técnica.

“A política deixa de ser política para virar uma questão técnica. E entra esse discurso do gestor. Tudo isso são tentativas de não enfrentar o problema de frente. Porém, a questão permanece sendo política. Agora, tem uma dimensão no Brasil que é importante considerar, que é a nossa formação social, onde há uma diluição entre o público e o privado. Nós não tivemos aqui uma via clássica de chegada ao capitalismo. E isso tem implicações na cultura política brasileira”, afirma.

Ainda de acordo com Behring, existem mecanismos de difusão ideológica, sustentados principalmente pela mídia comercial, de que o “mal” está no Estado e o mercado é o território das “virtudes”. Entretanto, trata-se de uma mistificação da realidade – que tem seus partidários, que nada têm de neutros.



## SECCIONAIS



Volta Redonda

### Nome social em debate

**N**o mês de agosto, a prefeitura de Volta Redonda realizou um mutirão para troca do nome social, de forma a atender a população de travestis e transexuais da cidade. O tema LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) é de grande importância para a construção do Serviço Social, mas, ainda assim, ele encontra resistência em muitos locais de discussão. O conservadorismo e os dogmas religiosos são algumas das explicações pertinentes para esse distanciamento.

O Serviço Social, muitas vezes, reflete práticas socialmente compartilhadas, sendo essas permeadas de preconceitos e dotadas de grande aversão às minorias que não se enquadram nos padrões machistas, racistas e patriarcais. Por isso, é necessário pensar em espaços de fortalecimento e luta contra a estigmatização dos sujeitos sociais que não representam os valores da sociabilidade burguesa. Devemos garantir o mínimo de segurança, acolhimento e a garantia de seus direitos constitucionais.

Ainda é possível encontrar relutância de profissionais do Serviço Social no atendimento da população LGBT. Em muitas políticas públicas, como a assistência social e a saúde, encontram-se profissionais que não

se consideram aptos a abordar tais temáticas em seus espaços de trabalho.

Na formação, o debate de gênero enfrenta resistências de alguns docentes e discentes que desconsideram a necessidade de abordarmos a questão LGBT e de gênero. Percebemos, por vezes, posturas conservadoras, reacionárias e preconceituosas, em relação à incorporação destes assuntos nas disciplinas. O reflexo dessa não incorporação, ou da insuficiência de debates, reforça práticas profissionais orientadas pelo senso comum.

Diante das inúmeras questões sociais, deparamo-nos com uma população LGBT que, na maioria das vezes, não acessa as políticas públicas por já terem sido ou temerem ser vítimas de preconceito ou discriminação. Entendemos que é através de estudos e espaços para discussões que teremos a oportunidade de construirmos novas estratégias e políticas públicas que venham combater as desigualdades sociais. Por isso, é fundamental que as profissionais ocupem os espaços das reuniões da comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual desta seccional.

A seccional é nossa e essa bandeira de luta faz parte do nosso projeto ético-político profissional.



Campos dos Goytacazes

### Defesa de direitos e organização política de assistentes sociais

**A**s regiões Norte e Noroeste do estado do Rio de Janeiro realizaram cortes de gastos semelhantes aos que ocorrem nos governos estadual e federal, utilizando-se do argumento da crise fiscal para tal. Em Campos, maior cidade do interior do estado, esses cortes foram direcionados às áreas sociais e o poder executivo municipal encaminhou estas contrarreformas para votação na câmara.

A gestão "Lutar Sem Temer" atua no sentido de fomentar os aspectos políticos da profissão e a organização política da categoria em âmbito regional. Para isso, além de participarmos das plenárias do Movimento Unificado Sindical, Social e Estudantil do Norte Fluminense (MUSE/NF), esta direção tem chamado a categoria a discutir os efeitos da conjuntura política.

"Já foram aprovadas leis mudando a passagem de R\$ 1,00 para R\$2,00. Além disso, transferem para o usuário o pagamento integral da passagem em caso de inadimplência da prefeitura e alteram o nome do programa 'Cheque Cidadão' para 'Cartão Cooperação'. Essas leis também vinculam a visita domiciliar e o parecer social à concessão do programa, criando uma série de empecilhos para a população acessar as políticas de assistência social. Não bastassem esses retrocessos, suspendem por 90 dias, a partir da aprovação na Câmara, o atual 'Cheque Cidadão'. Também autorizaram o prefeito a suspender o programa 'sempre que julgar necessário'", afirma Eliana Feres, coordenadora da Seccional.

No campo da saúde, os plantões de 24 horas das assistentes sociais foram questionados pelo atual governo municipal e ainda foram suprimidos da lei que regulamenta as substituições de assistentes sociais, dentistas e psicólogos.

"A luta política da categoria deve conversar com setores da sociedade que buscam a defesa de direitos. Ainda que se considere possível um diálogo com os poderes políticos locais, a nossa luta deve reafirmar a autonomia para fomentar o debate de que Campos e região precisam é de um modelo público — e não empresarial — de gestão", acrescenta Eliana.

"Neste cenário, a Seccional de Campos vem incentivando a participação das assistentes sociais nos movimentos e manifestações dos servidores municipais e da população usuária. Reiteramos a necessidade da crítica ao projeto das classes dominantes que, de forma sistemática, retira os direitos dos trabalhadores com o discurso da eficiência da máquina pública", reforça.

Concomitantemente, a categoria vem sendo chamada a discutir processos de trabalhos e defesa da profissão nos diferentes espaços. A partir das escolhas dos seus instrumentos, as assistentes sociais podem tanto reforçar o controle e fiscalização de acessos a programas e benefícios ou possibilitar a defesa dos princípios do Serviço Social.

## Golpe e retrocesso

# O desmonte da saúde e a precarização dos serviços

**A** crise pela qual a saúde pública passa é o efeito do desmonte das políticas públicas em curso no Brasil, no bojo das contrarreformas do Estado acirradas nos últimos anos. Um dos fatos emblemáticos desta pode ser demonstrado pela Emenda Constitucional que congela os gastos públicos por 20 anos no país, a PEC 241/PEC 55. A área da saúde, assim como a da educação, recebeu regras específicas de financiamento. Em 2017, terá 15% da receita corrente líquida, que é o valor arrecadado pelo governo menos as transferências obrigatórias constitucionais. A partir de 2018 o valor será mantido, reajustado apenas pela inflação.

Para uma área que sofre de um subfinanciamento crônico – na última década, a média de investimentos em saúde comparado ao PIB se manteve, ficando o orçamento federal entre 1,5 e 1,7 ponto percentual. O que comparado a outros países com sistemas universais, é muito baixo – a queda do investimento em saúde a longo prazo resultará num cenário potencialmente trágico de redução dos serviços, já que a inflação no setor historicamente é até três vezes maior que nas outras áreas devido ao custo dos equipamentos.

Ademais, o aumento populacional e a transição do perfil demográfico e epidemiológico no Brasil fará com que a população idosa dobre nas próximas duas décadas e seja cada vez maior o predomínio das doenças crônico-degenerativas, que demandam assistência e cuidados prolongados, sendo inevitável uma maior demanda de recursos financeiros. Essa mudança na legislação somada à crise econômica, que retira direitos dos trabalhadores em detrimento dos investimentos no capital, e aos interesses do setor privado em transformar a saúde em uma indústria lucrativa, potencializando o complexo médico-industrial, resultaram no atual quadro. Em agosto de 2017, o fim do contrato das Organizações Sociais com a prefeitura quase deixou 11 Clínicas da Família de portas fechadas. Para se ter uma ideia, o coletivo “Nenhum Serviço de Saúde a Menos” levantou os seguintes dados: 89 equipes, totalizando mais 700 trabalhadores em risco de perder o emprego, cumprindo

aviso prévio. Isso deixaria cerca de 300 mil habitantes sem cobertura. Os ganhos obtidos na diminuição da mortalidade infantil, decorrentes da expansão da iniciativa Saúde da Família e do internacionalmente conhecido Programa Nacional de Imunização, para citar alguns, certamente serão contidos com limitações.

A assistente social Fernanda Kilduff, do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) do bairro da Penha, no município do Rio, explica que não fosse a mobilização de profissionais e da população usuária o encerramento das atividades destas unidades seria inevitável.

“Desde que o prefeito Crivella assumiu, vivemos uma situação bastante complexa. Sistemáticamente os salários das profissionais atrasam, ou uma área programática recebe enquanto outra não. Além das demissões e contingenciamentos de gastos. Ou seja, não fecham as portas, mas sufoca o serviço. É o desmonte do SUS que já estava sucateado”, relata a assistente social sobre a situação.

### A luta

Na esteira desta realidade, surge o coletivo municipal citado anteriormente. O objetivo do grupo é conscientizar a população e trabalhadores da saúde sobre a precarização e o desmonte dos serviços, e buscar a unificação da luta contra essa realidade.

Para Carlos Vasconcellos, médico da Clínica da Família da Maré, e membro do coletivo, esse desmonte é reproduzido nos âmbitos municipais, estaduais e federais.

“No setor de saúde a crise econômica se reflete no governo Federal, cujo objetivo é destruir o sistema público de saúde e privilegiar os financiadores eleitorais, que são basicamente os planos de saúde e os laboratórios privados. O Brasil é um mercado muito atrativo do ponto de vista econômico para saúde privada”, analisa.

Ainda de acordo com Carlos, as empresas buscam criar um modelo de saúde similar ao estadunidense. Efetivamente lá, o cidadão, para ter acesso a esse sistema, tem que possuir um plano privado.

“Para que os planos de saúde sejam interessantes para a população, o governo precariza a saúde pública, de forma que ela não possa concorrer com a privada. Porque se



you não tem acesso via setor público, mas tem alguma renda, vai acabar procurando o setor privado. Isso se a pessoa não morrer antes, mas isso é apenas um detalhe, porque essas pessoas não têm importância econômica mesmo”, ironiza.

Sem dinheiro para manter o modelo de terceirização, que é mais caro que contratar funcionários, e sem poder realizar concurso para novos servidores por conta do teto de gastos, a prefeitura reduziu os serviços.

“Atualmente a prefeitura gasta menos com os servidores municipais do que ela gastava há 4 anos. Porque os servidores ao longo do governo Paes foram se aposentando ou pedindo demissão, porque os salários são irrisórios. Então, se antes tínhamos em torno de 27 mil trabalhadores na saúde municipal, hoje temos 20 mil”, aponta Carlos.

No caso do município, o modelo das Organizações Sociais (OSs), afirma, possui outra perversidade: trabalhadores não são mais servidores municipais.

“Eles são trabalhadores de inúmeras OSs. Ou seja, cada um trabalha sob determinado vínculo empregatício. Por exemplo, hoje nós temos três regiões da cidade onde os trabalhadores não receberam agosto. Mas no resto da cidade as pessoas receberam. Então você organizar movimento de greve é muito complexo”, pontua.

### O caminho

Apesar destas questões, a assistente social Fernanda, que também faz parte do coletivo, acredita que esse quadro pode ser revertido com a mobilização do conjunto de trabalhadores da saúde, juntamente com a participação de usuários.

“Estamos nos articulando com sindicatos e outras entidades para participarem do movimento. Precisamos nos mobilizar com mais força. Mas também cabe à população participar da luta pela saúde pública e de qualidade e pressionar o poder a cumprir suas atribuições”, espera a assistente social.



# Comissão Permanente de Ética

**N**esta edição serão apresentadas as particularidades da Comissão Permanente de Ética, que é uma das comissões regimentais dos Conselhos de Serviço Social, cujo propósito é a defesa da profissão e da qualidade da atuação profissional balizada pelo projeto ético-político da categoria, sendo composta por conselheiras e por assistentes sociais de base. Assim, orientam e informam profissionais, usuários e demais interessados sobre questões de natureza ética, as atribuições e competências profissionais. No entanto, sem prejuízo dessa atuação pedagógica, uma de suas principais funções é atuar como Tribunal de Ética Profissional em primeira instância. Nesta esfera, o objetivo é apurar e julgar possíveis violações aos princípios do Código de Ética Profissional cometidas por assistentes sociais no seu exercício profissional (Resolução CFESS 273/93).

Nesta Comissão, as componentes analisam e elaboram pareceres éticos a respeito das denúncias que chegam aos CRESSs, tendo o próprio código profissional como norte desta apreciação.

Para se fazer uma denúncia é preciso nome completo da denunciante e da denunciada, descrição do fato, incluindo local, data ou período e indicação de pessoas e instituições envolvidas. Igualmente, é importante que se tenha prova documental que possa servir à apuração do fato e sua autoria, ou indicação dos meios de prova de que pretende se valer para provar o alegado. Essas informações devem ser protocoladas junto à secretaria do CRESS, que encaminha o documento à presidente do Conselho e esta à Comissão Permanente de Ética, responsável pelas providências cabíveis.

Após análise minuciosa da denúncia, seguindo as normativas do Código Processual de Ética (Resolução CFESS 452/2002), o parecer é levado para avaliação do Conselho Pleno, que decide se haverá abertura de um processo ético ou o arquivamento da denúncia. "Meu trabalho, junto com outros colegas, é de receber denúncias que chegam ao CRESS, e fazer um trabalho inicial de investigação para saber se existe alguma possibilidade de infração ética ou não. Havendo a possibilidade de infração, nós fazemos um parecer indicando quais seriam os fatos e

em quais artigos possam se enquadrar. Em seguida, caso seja verificada alguma irregularidade, fazemos um parecer que é remetido ao Pleno (conjunto da diretoria), que vai corroborar ou não com os desdobramentos. Concordando, então, se instaura o processo ético", conta Tatiana Bittencourt, assistente social de uma Unidade de Reinserção Social, da prefeitura do Rio de Janeiro, participante da Comissão Permanente de Ética.

## Abertura do processo ético

Uma vez decidida pela abertura de um processo, faz-se necessária a constituição de uma Comissão de Instrução de Processo Ético, vinculada à Comissão Permanente de Ética, que é constituída por duas assistentes sociais de base, cujos nomes também são deliberados pelo Conselho Pleno e não compõem a direção do CRESS. "Eu não sinto que quem é da base tem menos responsabilidade, o Conselho é nosso. O CRESS é um órgão que fiscaliza e contribui com a qualificação da profissão. Então eu me sinto cumprindo com o dever", explica ainda Tatiana.

O papel da Comissão de Instrução é analisar e instruir o processo, ou seja, buscar informações para preparar o processo para ser julgado.

Joilson Junior, professor licenciado da Universidade Veiga de Almeida e membro desta junta, explica: "É um trabalho minucioso, e tenho que dizer que não é o trabalho mais fácil do CRESS. Porém, aprendemos muito durante esse processo. Principalmente sobre o exercício profissional, porque o profissional é obrigado a rever muita coisa. É importante pensar que todo o procedimento não é sobre a pessoa do denunciado, mas sobre o trabalho que ele está desenvolvendo em determinado lugar", afirma.

É realizado todo um processo de apuração, onde as partes e as testemunhas são convocadas e têm a oportunidade de serem ouvidas sob os seus pontos de vista e também podem apresentar provas documentais. Isso possibilita que a Comissão formule sua opinião acerca do ocorrido. Com isso, ao final do processo, a Comissão elabora parecer conclusivo manifestando se houve violação ou não dos artigos do Código de Ética indicados na abertura do processo.



No caso de considerar procedente, a dupla também é responsável por recomendar, no relatório, quais penalidades devem ser aplicadas: multa, advertência reservada, advertência pública, suspensão e cassação. O parecer final da Comissão de Instrução é lido durante o julgamento ético, onde a decisão é tomada pelo Tribunal de Ética, formado somente por conselheiras dos CRESS.

## Contribuir e estimular a profissional

Joilson afirma que entrar na Comissão de Instrução contribuiu para o aprimoramento do seu trabalho como assistente social.

"A Comissão é uma forma de você ter inserção diferenciada dentro do Conselho, por também lidar com os outros profissionais de base. Mesmo que não seja através da tomada de depoimentos entre as partes, o componente da Comissão pode analisar um livro de ocorrência, por exemplo. Estar na Comissão não necessariamente significa que você vai falar com aqueles profissionais, mas a possibilidade de estar em contato com o exercício profissional de diversos assistentes sociais. Logo, será obrigado a pensar sobre o seu cotidiano de trabalho", ressalta o lado pedagógico.

Vale destacar que durante todas as fases processuais, que são totalmente sigilosas, as Comissões recebem apoio da Assessoria

**“Eu não sinto que quem é da base tem menos responsabilidade, o Conselho é nosso. O GRESS é um órgão que fiscaliza e contribui com a qualificação da profissão. Então eu me sinto cumprindo com o dever”**

**Tatiana Bittencourt**  
Assistente social membro da  
Comissão Permanente de Ética

Jurídica e apoio técnico do Conselho para realizar os seus trabalhos.

“Sem dúvida que a pessoa não está na Comissão de Instrução para ser capacitado, mas querendo ou não é uma troca de experiência, o que possibilita o contato com realidades com as quais não está acostumado. A própria escuta que você precisa fazer, embora tenha um objetivo diferente do seu atendimento diário, ela também tem uma relação com esse fato”, reforça.

Tatiana compartilha desse sentimento. Ela conta sobre como seu trabalho também qualifica seus colegas fora do GRESS: “Para além de contribuir com a minha intervenção, contribui para estimular meus colegas a buscarem atualização de conhecimentos práticos e teóricos do Serviço Social. Por que eu comento e as pessoas acabam ficando atentas também. E contribui para qualificar

o meu fazer profissional. Isso é o melhor de tudo, porque o nosso trabalho é para a sociedade. Inclusive, quando escrevemos e apresentamos o parecer de arquivamento da denúncia, ainda assim esse profissional é notificado para ciência por conta da denúncia. Até para saber o resultado dessa avaliação da Comissão de Ética, e, às vezes algumas orientações da Comissão para o profissional. E isso também acaba sendo pedagógico para a assistente social, mesmo que não chegue a ser penalizada. Então todo mundo aprende”, destaca.

A Comissão de Ética é composta por membros da diretoria do GRESS e integrantes da base. Conforme a resolução do Código Processual de Ética, ela deve ter no mínimo três integrantes, mas a sua presidência deve estar sobre a responsabilidade de uma conselheira. “Quando eu entrei o trabalho

estava muito difícil, não sei se era porque tinham muitas demandas, ou elas estavam acumuladas. Depois as coisas se arrumaram, mas com certeza se houvesse um número maior de profissionais contribuindo com essa Comissão seria melhor”, conta Tatiana.

Outro ponto importante para ambos é que as profissionais que participam das comissões conseguem administrar seu tempo baseado na disponibilidade. O compromisso é algo fundamental, mas a assistente social pode sair a qualquer momento.

“É importante lembrar que o fato de se entrar em uma Comissão de Instrução, não significa que se está preso a ela para sempre. Pode acontecer algo na sua vida que impossibilite de continuar na Comissão de Instrução. Eu já conheci pessoas que por motivos pessoais ou profissionais tiveram que sair e indicaram pessoas para substituí-las. Então não é uma algema. Mas o ideal é que não se saia no meio, até porque você também constrói uma visão acerca daquele processo. E é difícil que uma outra pessoa venha e recomece do zero”, afirma Joilson.

Toda essa engrenagem, que é função precípua à existência do Conselho, só pode ser mantida através da participação essencial de assistentes sociais de base nesses espaços. Essa é mais uma das possibilidades da participação da categoria dentro do GRESS RJ.

**Acompanhe a divulgação e venha ocupar, conosco, o GRESS!**



**“A Comissão é uma forma de você ter inserção diferenciada dentro do Conselho, por também lidar com os outros profissionais de base”**

**Joilson Santana**  
Assistente social membro da  
Comissão Permanente de Ética

## Outras ações

### agosto e setembro/2017



**Roda de conversa sobre Violência de Estado e Militarização da vida** - no dia 31/08, em sua sede, o CRESS organizou o debate sobre as violações sistemáticas aos direitos e garantias fundamentais da população moradora de favelas. Abusos cometidos por parte do Estado sob o pretexto de combater uma guerra e garantir a segurança. Debateu-se também sobre o trabalho de assistentes sociais face a essa militarização do cotidiano.

**5ª Semana da Diversidade LGBT de Campos dos Goytacazes** – o CRESS participou dos debates sobre as conquistas e desafios nos mercados de trabalho para a população LGBT que, dentre outros temas, tratou do assédio moral homofóbico/LGBTfóbico no mundo do trabalho. O evento foi realizado no Museu Histórico de Campos dos Goytacazes no dia 25/10.

**Os Desafios da Assistente Social nos Cargos de Gestão** – o CRESS debateu com assistentes sociais e estudantes sobre as contradições e desafios enfrentados por profissionais que ocupam cargos de gestão num cenário de disputas de interesses entre classe trabalhadora e capital. Essa roda de conversa aconteceu dia 31/10, no Auditório do SINDSPREV, sendo indicada pelas participantes a necessidade de continuidade dos debates.

**Audiência Pública “Nenhum Serviço de Saúde a Menos”** – na Câmara dos Vereadores, em 01/09, o CRESS compareceu na referida audiência que discutiu sobre o desmantelamento da Rede de Atenção Básica e Saúde Mental. Nesse encontro também participaram representantes do CRP, CREMERJ, CSP Conlutas e Fórum de Saúde.

**10º Caminhada em defesa da liberdade religiosa** – o CRESS participou da caminhada pela defesa da liberdade religiosa e pelo fim da intolerância na Orla de Copacabana, que foi tomada por uma multidão de pessoas e grupos ligados a diferentes religiões e crenças, no dia 17/09. Essa manifestação organizada pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa protestou contra as violências, em especial com as religiões de matriz afro-brasileira, e exigiram uma ação do Estado para acabar com os inúmeros ataques contra pais e mães de santo.

**Agentes comunitários de saúde e trabalhadoras da saúde contratadas pelas Organizações Sociais: potencial de luta e principais questões vivenciadas** – no dia 03/10, o CRESS sediou e participou do debate organizado pelo Fórum de Saúde do Rio de Janeiro, o qual compõe a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, que reuniu profissionais da saúde contratadas pelas organizações sociais para discutir sobre principais questões vivenciadas na saúde.

**Debate Buscando Soluções: Caminhos contra a Redução da Maioridade Penal** – o CRESS participou do debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos na Câmara Municipal do Rio, no dia 24/10, quando foram discutidos os rebatimentos da execução das medidas em meio aberto pela Prefeitura do Rio. A redução da maioridade penal será votada novamente no Senado e é necessário afirmar que isso não é solução!

**Reunião do Colegiado dos Conselhos de Classe com o Ministro da Saúde** – encontro intermediado pela Frente Parlamentar/ Comissão dos Deputados Federais, que realizou visitas com o Colegiado dos Conselhos às seis unidades federais e debateram com o Sr. Ricardo Barros a proposta do Ministério da Saúde de reestruturação dos institutos e hospitais federais. O CRESS participou das visitas e dos debates na reunião.

**Lançamento da Frente Nacional em Defesa das Instituições Públicas de Ensino Superior** – no dia 19/10, o CRESS esteve presente no importante evento, que contou com a participação de várias entidades e profissionais, dentre eles reitores das universidades do Rio de Janeiro, bem como sindicatos e conselhos. Além de participar das atividades na Concha Acústica, o Conselho foi uma das entidades que fez o uso da palavra no Ato, na direção de chamarmos a atenção para o desmonte estatal no que tange às políticas sociais.

**Condições de Trabalho de Assistentes Sociais e o Exercício Profissional** – debate organizado pelo CRESS em Duque de Caxias, em 25/10, trouxe à baila questões importantes sobre os desafios da intervenção profissional face à agressiva retirada de direitos da classe trabalhadora, que impactam assistentes sociais não apenas como assalariadas, mas sobremaneira nas condições éticas e técnicas de trabalho. O Conselho realizou essa atividade em Duque de Caxias através de um dos núcleos - Núcleo Baixada Organização e Luta.

**I Seminário Nacional de Serviço Social e Saúde Mental e Drogas: Políticas Públicas e Direitos Humanos** – realizado em 19/10, na UERJ, o seminário levantou debates acerca da temática, tão cara para a categoria, no intuito de trocar experiências. O CRESS esteve presente na mesa de abertura do evento.

**Ato Unificado/Dia Nacional de Lutas** – o Ato Unificado de Enfrentamento à Contrarreforma da Previdência com concentração na Candelária foi realizado no dia 14/09. A participação do Conselho nestes espaços reflete o comprometimento ético-político com as pautas da classe trabalhadora, principalmente no momento de retirada e ameaças de direitos que foram duramente conquistados.



**Aula Pública “Balanço da Política de Saúde em Contexto de Crise”** – no dia 04/10, o CRESS RJ esteve presente na mesa de abertura da aula pública na UERJ, que foi organizada pelo Projeto de Pesquisa e Extensão ‘Pela Saúde’ em parceria com a Faculdade de Serviço Social (UERJ), cujo objetivo foi discutir o sucateamento das políticas sociais, especialmente na saúde e educação.

**Assembleia de eleição dos membros do Mecanismo de Combate à Tortura – MEPCT** – o CRESS esteve presente na assembleia, realizada em 20/10, que elegeu três integrantes para cumprir mandato no órgão, cujo principal trabalho é a realização de visitas a unidades prisionais para avaliação das condições encontradas, sendo responsável por relatar e denunciar situações consideradas de tortura e violação de Direitos Humanos.

**I Encontro Intersetorial da Assistência Social e Sistema Sócio Jurídico** – no dia 05/10, o CRESS participou do debate na Câmara de Vereadores de Campos de Goytacazes. Esse encontro teve o propósito de discutir a atuação intersectorial entre as políticas de assistência social e sistema de justiça e a atuação profissional.

**II Seminário Regional Serviço Social e Saúde Mental** – O CRESS em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF) Campos realizou o seminário com o objetivo de discutir sobre a atuação profissional da Assistente Social no campo da Saúde mental a partir da desinstitucionalização. O evento aconteceu dia 10/10, no Auditório da UFF Campos.

**Reunião com as assistentes sociais das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs)** – no dia 28/09, no Sindicato dos trabalhadores da Saúde – Petrópolis, o CRESS participou de uma conversa sobre a nova gestão das UPAs via consórcio que resultam em desmontes de direitos trabalhistas e precarização do trabalho.



**II Seminário LGBTI da Fasubra** - O Seminário debateu sobre as políticas públicas para a comunidade LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais). Foram discutidas as dificuldades de acesso da população LGBT ao mercado formal de trabalho e a opressão e violência nesses espaços. O CRESS participou da mesa de debate realizada dia 20/10, no Rio de Janeiro.

## História em movimento

# Cem anos da Revolução Russa

A Revolução Russa de 1917 marcou profundamente o início do século XX. Porém a chegada ao poder realizada pela classe trabalhadora não ocorreu de uma hora para outra. Um sistema czarista há tempos em declínio, uma nobreza parasitária, uma débil burguesia nacional e uma população pauperizada são personagens principais destas páginas que se desenrolaram de fevereiro a outubro.

“Tudo isso ocorre dentro de um contexto muito conturbado, no fim da primeira guerra mundial (1914 a 1918). A miséria, a falência e o agravamento das condições das massas produzem as circunstâncias de um levante que pôde apresentar uma alternativa e ir muito além do que se costumava ver na velha Europa. Não foi uma troca de governos que se aliam para manter a exploração dos debaixo. A gravidade da crise fez com que se abrisse uma fissura e permitiu que a classe trabalhadora pudesse se levantar e se apresentar como alternativa ao poder”, explica o professor da Escola de Serviço Social da UFRJ Mauro Iasi.

Apesar de 1917 ser o ano derradeiro deste desfecho, o ambiente interno russo já estava em ebulição. Em 1905, já existiam lutas contra o czar, com revoltas e rebeliões no campo e greve de trabalhadores na cidade, face ao profundo agravamento das condições de vida já muito ruins, por conta da guerra contra o Japão desde o ano anterior.

E essa luta, afirma Mauro, contribui para a formação de um proletariado urbano forte. Além de explicar a confluência de fatores que levariam à formação dos soviets. Os debates dessas correntes anarquistas, socialistas e comunistas, vão dar origem aos conselhos populares, em 1905. Os soviets eram órgãos dirigidos pelos trabalhadores e soldados russos durante a Revolução de 1905. Eles ressurgem e são fundamentais para os desfechos da Revolução de 1917.

“Nada acontece por acaso. Ademais o movimento camponês, o nascente movimento operário contava também com a presença de anarquistas em diversas fábricas. A publicação das obras marxistas não era proibida, existiam círculos de estudos entre os intelectuais, escritores e políticos que vão criando uma cultura de difusão do marxismo no seio classe operária”, explica.

Ainda de acordo com Iasi, isso acaba sendo um espaço fértil. E diversos movimentos camponeses deste período vão se unir na cidade e culminar na criação do Movimento Socialista Revolucionário.

### As mulheres e a revolução: o 8 de março

Fundamental para a direção da Revolução foi a greve das trabalhadoras do setor têxtil. Milhares de mulheres paralisaram as atividades e foram às ruas com faixas “Pão para os nossos filhos!” e “Retorno de nossos maridos das trincheiras!”. Resultado disso: cerca de 90 mil trabalhadores aderiram à marcha. Esse fato foi tão impactante que os soldados se recusaram a reprimir a manifestação. Nos dias seguintes, uma greve geral paralisou a cidade de Petrogrado e se espalhou pelo país.

“O que se precisava era de uma faísca que incendiasse tudo, toda a insatisfação circundante no ar. A fagulha que incendeia a luta contra o regime czarista vem das mulheres. Elas têm papel fundamental nesse processo. Uma passeata que percorre as fábricas convocando uma greve, que se torna geral. Rapidamente se transforma em luta contra o Czar. Logo após, a Internacional Socialista propõe um dia internacional de luta das mulheres”, destaca Iasi.

### De fevereiro a outubro

Para Mauro Iasi esse é o momento mais rico da Revolução. Com a formação do governo provisório, a burguesia se alia ao movimento mais progressista da nobreza e tenta liderar o processo. Noutra ponta, o poder dos soviets é uma realidade nas ruas, nas fábricas e nos quartéis, mas suas lideranças, majoritariamente moderadas, se decidem por uma coalizão de forças com a burguesia. Sobre um equilíbrio tenso, configura-se uma situação de duplo poder. Em meio ao desabamento, em poucos dias, da estrutura secular de poder czarista, proclama-se a república na Rússia.

“O governo provisório não consegue resolver essas questões até chegar o momento em que os burgueses chamam os soviets para participarem do poder em posições-chave. Nesse processo muitos nobres fogem, abandonando suas mansões. Os soviets cedem seu poder real à burguesia, mas ao mesmo tempo, precisamente por esta

condição, pressionam por um pauta radical no interesse dos trabalhadores, que incluía uma extensa e profunda reforma agrária. Os soldados, massivamente organizados nos soviets, contribuem decisivamente para desequilibrar a balança em favor do poder popular”.

Em outubro, o desfecho se completa com a simbólica tomada do Palácio de Inverno. Tinha início a mais significativa experiência de governo operário no século XX. Tão logo assumem a condução do governo, os bolcheviques transferem o controle de todas as terras para os camponeses, os operários assumem o controle das fábricas e a Rússia sai da I Guerra Mundial, onde até então lutara ao lado de ingleses e franceses, na Tríplice Entente. Os desafios que se apresentavam agora não eram poucos: resistir aos chamados exércitos brancos e a guerra civil que se instaurou na sequência da tomada do poder e perdurou até 1922, parir um Estado operário e reorganizar as forças produtivas no campo e na cidade.

Precisamente neste ano, depois de longas negociações, que tinham como pano de fundo a questão das nacionalidades no vasto território que constituiria o estado soviético, nascia a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Não à toa, nesses 100 anos, os veículos de comunicação burgueses de massa não têm hesitado em condenar na experiência do dito “socialismo real” a falta de algo que, apenas falseando a realidade, podem afirmar que nas sociedades burguesas temos de sobra: a democracia. A história não é fatal. E como tal, as degenerações, os gargalos, as contradições de um processo histórico não podem desmerecer suas origens e pretensões emancipatórias e universais. O poder popular, a emancipação feminina, dos trabalhadores, camponeses e soldados, a reforma agrária, o controle operário da produção, a distribuição real da riqueza produzida, o acesso à educação, saúde, cultura, a conquista da dignidade humana, por fim, são patrimônios incontestáveis da Revolução Russa que esses 100 anos devem servir não só pra nos fazer lembrar, mas sobretudo, para nos apontar um rumo em meio a uma profunda crise de projeto, de estratégia e de teoria pela qual passa a classe trabalhadora, no Brasil e no mundo.